



# AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ - ARCE

Concurso Público para provimento de cargos de  
**Procurador Autárquico da ARCE**

Caderno de Prova, Cargo J09 , Tipo 001  
000000000000000000  
00001-001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos I

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**FUNDAMENTOS DA ECONOMIA**

1. É um dos motivos para que ocorram as chamadas falhas de mercado, ou seja, situações em que os mercados não funcionam de forma a assegurar a eficiência econômica:

- (A) grande número de compradores e vendedores.
- (B) economias de aglomeração.
- (C) economias constantes de escala.
- (D) mercado pulverizado.
- (E) informações assimétricas.

2. Os economistas definem curto prazo como sendo o período de tempo em que pelo menos um dos fatores de produção é fixo. Na análise econômica dos custos de produção, no curto prazo,

- (A) o valor do custo médio é mínimo quando for igual ao valor do custo marginal.
- (B) os custos fixos médios são constantes.
- (C) os custos variáveis médios são constantes.
- (D) o valor do custo marginal é mínimo quando for igual ao valor do custo médio.
- (E) a diferença entre o valor do custo médio e do custo variável médio é sempre igual, qualquer que seja o nível de produção.

3. Na teoria microeconômica convencional, o equilíbrio de uma empresa em qualquer tipo de mercado é alcançado quando

- (A) o preço de mercado for igual ao custo médio de produção.
- (B) a receita marginal for igual ao custo marginal.
- (C) o preço de mercado do produto for igual ao custo marginal.
- (D) a receita média das vendas for igual ao custo médio de produção.
- (E) o preço de mercado for superior ao custo marginal.

4. É característica do monopólio natural

- (A) o controle estratégico do recurso natural necessário à fabricação do produto.
- (B) a autorização legal concedida pelo governo para exploração de um recurso natural por uma única empresa.
- (C) a propriedade de uma patente que impeça as outras empresas de fabricar o produto.
- (D) a existência de economias de escala significativas no longo prazo.
- (E) a existência de discriminação de preços de terceiro grau.

5. Considere as proposições, a seguir, relativas ao processo de desestatização ocorrido na economia brasileira nos anos 90:

- I. A desvalorização cambial promovida pelo Governo no início de 1999 veio dar um novo impulso ao processo de privatização das empresas estatais dos setores de siderurgia e da indústria química.
- II. A fase de privatização, na primeira metade da década de 1990, privilegiou o setor de serviços públicos, com destaque para os setores de telecomunicações e de energia elétrica.
- III. O processo de privatização teve entre seus objetivos o de utilizar os recursos das vendas das estatais para reduzir o estoque da dívida pública e torná-lo menos sensível às variações das taxas de juros.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

**REGULAÇÃO**

6. Tendo em vista as modalidades de extinção do contrato de concessão para a prestação de serviços públicos, ocorre a encampação quando há

- (A) rescisão unilateral do contrato de concessão por motivo de interesse público.
- (B) rescisão por inadimplemento contratual.
- (C) desinteresse da concessionária em prosseguir na execução do serviço.
- (D) previsão para a extinção do contrato após decorrido o prazo estabelecido.
- (E) perda do objeto relacionado à prestação do serviço.

<p>7. A legislação vigente prevê algumas hipóteses em que o concessionário pode, licitamente, paralisar ou interromper a execução do serviço. Dentre essas hipóteses incluem-se</p> <p>(A) razões de ordem técnica ou segurança das instalações e imposição de prazos rigorosos ao contratado.</p> <p>(B) inadimplemento do usuário e razões de ordem técnica ou segurança das instalações.</p> <p>(C) inadimplemento do usuário e aplicabilidade da <i>exceptio non adimplemanti contractus</i> contra a Administração por descumprimento de normas contratuais.</p> <p>(D) desinteresse da concessionária em continuar a prestar o serviço e razões de ordem técnica ou segurança das instalações.</p> <p>(E) ausência de fiscalização pelo poder concedente e inadimplemento do usuário.</p>	<p>10. São agências previstas especificamente como órgãos reguladores pela Constituição Federal de 1988:</p> <p>(A) Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Agência Nacional de Águas (ANA).</p> <p>(B) Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e Agência Nacional de Petróleo (ANP).</p> <p>(C) Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e Agência Nacional de Petróleo (ANP).</p> <p>(D) Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).</p> <p>(E) Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Agência Nacional de Transporte Aquaviários (ANTAQ).</p>
<p>8. São princípios inerentes ao regime jurídico de concessões dos serviços públicos:</p> <p>(A) qualidade e irregularidade.</p> <p>(B) cortesia e pontualidade.</p> <p>(C) faculdade de prestação e neutralidade.</p> <p>(D) insegurança e gratuidade.</p> <p>(E) modicidade nas tarifas e universalidade.</p>	<p>11. O Projeto de Lei que dispõe sobre a organização e o controle social das agências reguladoras estabelece, no que toca à interação entre as agências reguladoras e os órgãos de defesa da concorrência, que</p> <p>(A) as agências, no exercício de suas atribuições, quando tomarem conhecimento de fato que possa configurar infração à ordem econômica, deverão comunicar aos órgãos de defesa da concorrência para as providências cabíveis.</p> <p>(B) a instrução de processos administrativos para posterior envio às agências para julgamento cabe ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).</p> <p>(C) os órgãos de defesa da concorrência na análise de atos de concentração não poderão solicitar pareceres técnicos às agências.</p> <p>(D) os órgãos de defesa da concorrência devem fiscalizar as práticas de mercado para auxiliar as agências na observância do cumprimento da legislação de defesa da concorrência.</p> <p>(E) a decisão final a respeito de atos de concentração e condutas anticoncorrenciais cabe à agência.</p>
<p>9. Antes da edição da Constituição Federal e das agências reguladoras que foram criadas após 1988, já existiam entes estatais com funções reguladoras, dentre os quais inclui-se o</p> <p>(A) Departamento Nacional do Açúcar.</p> <p>(B) Instituto Nacional do Café.</p> <p>(C) Instituto do Café e Álcool.</p> <p>(D) Departamento Nacional de Energia Elétrica.</p> <p>(E) Departamento Nacional do Petróleo.</p>	<p>12. Dentre as características que denotam as atividades das agências reguladoras, enquanto autarquias de regime especial, inclui-se a</p> <p>(A) personalidade jurídica de direito privado.</p> <p>(B) instabilidade dos mandatos de seus dirigentes.</p> <p>(C) dependência financeira.</p> <p>(D) autonomia em relação à Administração Direta.</p> <p>(E) dependência patrimonial.</p>

<p>13. A existência de agências reguladoras relaciona-se</p> <p>(A) à fiscalização ou à regulamentação de determinado setor da economia ou em especial de atividades que envolvam utilidades públicas.</p> <p>(B) à regulação de uma atividade de relevância privada.</p> <p>(C) à crescente desnecessidade de especialização funcional e capacitação técnica para o exercício da atividade regulatória.</p> <p>(D) a um novo estágio da regulação estatal marcado pela identidade entre o prestador do serviço essencial e o ente encarregado de regulá-lo.</p> <p>(E) à política de centralização por parte do poder público no sentido de designar parcela significativa da regulação a órgãos reguladores.</p>	<p>16. Ao receber denúncia sobre irregularidades no setor econômico regulado, o agente regulador, nos limites de sua esfera de competências, deve decidir se averigua ou não tal fato. Essa decisão possui natureza de ato administrativo</p> <p>(A) misto, ora vinculado e ora discricionário, a depender da situação de fato que se apresente perante o agente regulador.</p> <p>(B) discricionário, sujeito ao juízo de conveniência e oportunidade, visando a um maior atendimento ao interesse público.</p> <p>(C) vinculado e inafastável ao agente regulador.</p> <p>(D) vinculado, com necessidade imediata de autuação diante de denúncia apresentada.</p> <p>(E) discricionário, com necessidade de autuação diante de denúncia apresentada.</p>
<p>14. Ao normatizar, a agência reguladora</p> <p>(A) cria, extingue ou modifica direitos dos administrados, a bem do pleno atendimento ao interesse público.</p> <p>(B) torna exigível disposições legais já existentes visando ao pleno atendimento ao interesse público.</p> <p>(C) estende os mandamentos legais visando completá-los para o pleno atendimento do interesse público.</p> <p>(D) cria apenas normas gerais que conferem concretização às diretrizes gerais contidas na legislação aplicável.</p> <p>(E) cria tanto normas gerais quanto individuais que conferem concretização às diretrizes gerais contidas na legislação aplicável.</p>	<p>17. A mediação e a análise econômico-tarifária, a cargo do regulador, consistem, respectivamente, em</p> <p>(A) prever os problemas do setor e calibrar as tarifas, visando a uma melhor remuneração ao agente econômico regulado.</p> <p>(B) intermediar os interesses entre o Estado, os consumidores e os agentes econômicos regulados, conferindo preferência ao interesse dos primeiros em detrimento dos últimos; e fazer a revisão tarifária a pedido do agente econômico regulado.</p> <p>(C) intermediar os interesses entre o Estado, os consumidores e os agentes econômicos regulados, conferindo preferência aos interesses do primeiro, em detrimento dos últimos; e fazer a revisão tarifária a pedido do consumidor.</p> <p>(D) ouvir e desvendar os interesses dos participantes do setor regulado (consumidores, agentes regulados e Estado) visando a criar ou viabilizar a criação de opções para que eles próprios possam encontrar soluções satisfatórias aos conflitos existentes e avaliar os preços públicos cobrados para a realização da atividade econômica regulada à luz da cláusula <i>rebus sic stantibus</i> e da menor onerosidade aos consumidores.</p> <p>(E) ouvir e desvendar os interesses dos participantes do setor regulado (consumidores, agentes regulados e Estado) visando a criar ou viabilizar a criação de opções para que eles próprios possam encontrar soluções satisfatórias aos conflitos existentes e avaliar os preços públicos cobrados para a realização da atividade econômica regulada à luz da cláusula <i>pacta sunt servanda</i> e da menor onerosidade aos consumidores.</p>
<p>15. Ao regular o setor a que foi destinada, a agência reguladora tem por finalidade</p> <p>(A) limitar preços, dividir os clientes e fornecedores por região geográfica.</p> <p>(B) sanear (neutralizar), ou buscar sanear (neutralizar) as falhas regulatórias do setor em que atua, visando a consecução de maior eficiência.</p> <p>(C) controlar apenas os preços, fixando uma tabela para preços máximos, em atenção ao pleno atendimento dos interesses dos consumidores e do governo.</p> <p>(D) limitar as novas outorgas visando ao máximo aproveitamento do mercado pelos agentes que já nele atuam.</p> <p>(E) aplicar a política regulatória local em atenção ao plano de metas estabelecido pelo governo, priorizando os interesses privados e individuais.</p>	

<p>18. A independência funcional de uma agência reguladora caracteriza-se por</p> <p>(A) atuar de forma independente, sem ter que se reportar a outros órgãos e poderes, pois suas atribuições e rol de competências já estão devidamente explicitados em lei.</p> <p>(B) possuir quadro de diretores sem mandatos fixos e quadro de funcionários com plano de carreira, permitindo a possibilidade de mobilidade <i>ad nutum</i> dos funcionários a bem do interesse público.</p> <p>(C) atuar de forma independente, sem ter que se reportar ao poder executivo, exceto ao Presidente da República, no caso de agências reguladoras federais, e ao Governador de Estado, no caso de agências reguladoras estaduais.</p> <p>(D) atuar de forma independente, sem ter que se reportar ao poder executivo, exceto ao Presidente da República e seu Ministro de Estado responsável pelo setor da economia regulado pela agência, no caso de agências reguladoras federais, ou ao Governador de Estado e seu Secretário de Estado responsável pelo setor da economia regulado pela agência, no caso de agências reguladoras estaduais.</p> <p>(E) possuir quadro de diretores com mandatos fixos e quadro de funcionários com plano de carreira, afastando-se a possibilidade de mobilidade <i>ad nutum</i> a bem do interesse público.</p>	<p>20. A autonomia de uma agência reguladora consiste em</p> <p>(A) selecionar os fatos que deseja apurar para regular, fiscalizar e mediar a bem do pleno atendimento ao interesse público.</p> <p>(B) atuar de forma independente de política de Governo e em atenção à política de Estado, nos limites da competência que lhe são legalmente outorgadas.</p> <p>(C) atuar de forma independente de política de Estado e em atenção à política de Governo, nos limites da competência que lhe são legalmente outorgadas.</p> <p>(D) distanciar suas ações da política do Estado e atuar exclusivamente em parceria com os Municípios, em atenção aos ditames legais e constitucionais que lhes são diretamente outorgados.</p> <p>(E) atuar de forma independente de quaisquer políticas, precavendo-se de cobranças elevadas de tributos e parcialidade na prestação de serviços.</p>
<p>19. A independência financeira do regulador consiste em</p> <p>(A) gerar e gerir os recursos próprios à atividade de regulação que se desenvolve, por exemplo, com a utilização dos montantes pagos a título de multas por infrações cometidas por agentes regulados.</p> <p>(B) gerir apenas os recursos próprios à atividade de regulação que desenvolve, por exemplo, com a utilização dos montantes pagos a título de multas por infrações cometidas por agentes regulados.</p> <p>(C) gerir os recursos provenientes das dotações orçamentárias pertinentes (estaduais, no caso de agências estaduais, e federais, no caso de agências federais) de modo a implementar os comandos legais e infra-legais visando a concretizar as atividades de agente regulador.</p> <p>(D) administrar a destinação das verbas salariais e demais verbas como, por exemplo, os fundos de todos os funcionários da agência, visando a preservação do capital.</p> <p>(E) implementar atividades econômicas que possam ampliar os recursos oriundos de verbas arrecadadas de entes reguladores autônomos ou de grupos econômicos de vários mercados mundiais.</p>	<p style="text-align: center;"><b>SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR</b></p> <p>21. Dentre os princípios do Código de Defesa do Consumidor, segundo seu artigo 4º, além da vulnerabilidade do consumidor e da racionalização e melhoria dos serviços públicos, estão a</p> <p>(A) transparência e a inversão do ônus da prova.</p> <p>(B) manutenção da assistência jurídica integral e gratuita e a inversão do ônus da prova.</p> <p>(C) inversão do ônus da prova e o equilíbrio nas relações de consumo.</p> <p>(D) harmonia e equilíbrio nas relações de consumo.</p> <p>(E) manutenção da assistência jurídica integral e gratuita e o equilíbrio nas relações de consumo.</p> <p>22. Tratando-se de vício oculto de um bem durável, com relação à decadência, o consumidor</p> <p>(A) não pode mais reclamar, pois seu direito caduca após 30 dias da aquisição.</p> <p>(B) pode reclamar no prazo de até 90 dias a partir do momento em que ficar evidenciado o vício.</p> <p>(C) pode reclamar no prazo de até 5 anos a partir do momento em que ficar evidenciado o vício.</p> <p>(D) pode reclamar no prazo de até 30 dias a partir do momento em que ficar evidenciado o vício.</p> <p>(E) não pode mais reclamar, pois seu direito caducou após 90 dias da aquisição.</p>

<p>23. Ocorre uma suspensão abrupta de energia elétrica, por defeito em parte da rede prestadora. Em decorrência dessa suspensão, um consumidor, que teve alguns de seus utensílios domésticos inutilizados, reclamou à prestadora no vigésimo dia após o fato. A operadora não responde à reclamação. Neste caso, considerando exclusivamente as diretrizes do Código de Defesa do Consumidor em relação a acidente de consumo, este consumidor</p> <p>(A) não poderá reclamar seus direitos, se o prazo máximo de 90 dias for ultrapassado sem resposta da prestadora.</p> <p>(B) não poderá mais reclamar seus direitos, se o prazo máximo de 12 meses for ultrapassado sem resposta da prestadora.</p> <p>(C) poderá reclamar seus direitos por até 90 dias e, caso nesse período a prestadora não se manifestar, estará caracterizado seu direito a obter ressarcimento dos prejuízos.</p> <p>(D) poderá continuar reclamando seus direitos por prazo indeterminado, até que a prestadora possa lhe ressarcir os prejuízos.</p> <p>(E) poderá reclamar seus direitos no prazo de 5 anos, a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.</p>	<p>25. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, a garantia legal</p> <p>(A) e a contratual são opcionais e não se somam.</p> <p>(B) é compulsória; a contratual é opcional e não se somam.</p> <p>(C) é compulsória e a contratual é opcional e se somam.</p> <p>(D) e a contratual são compulsórias e não se somam.</p> <p>(E) e a contratual são compulsórias e se somam.</p>
<p>24. A operadora de telefonia fixa local resolve apresentar aos consumidores um novo serviço adicional de conversa simultânea com três pessoas. Para isso, incorpora o serviço às linhas de determinado bairro, comunicando aos consumidores essa alternativa de conversa, como uma novidade. Não solicita autorização dos consumidores e não menciona que após o primeiro mês, o serviço passará a ser cobrado inclusive retroativamente ao primeiro período de utilização. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, os usuários</p> <p>(A) não são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço disponibilizado, pois trata-se de amostra grátis.</p> <p>(B) não são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço no primeiro mês, mas deverão pagar obrigatoriamente a partir do segundo mês.</p> <p>(C) são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço a partir do segundo mês e retroativamente ao primeiro.</p> <p>(D) são obrigados a arcar com a cobrança pela disponibilização de pelo menos um dos meses em que o serviço foi prestado.</p> <p>(E) são obrigados a pagar de acordo com os meses de efetiva utilização do serviço disponibilizado.</p>	<p>26. O direito de arrependimento aplica-se a produtos comprados ou serviços contratados no prazo de</p> <p>(A) 30 dias, em estabelecimento comercial.</p> <p>(B) 30 dias, fora do estabelecimento comercial.</p> <p>(C) 15 dias, em estabelecimento comercial.</p> <p>(D) 7 dias, fora do estabelecimento comercial.</p> <p>(E) 7 dias, fora ou em estabelecimento comercial.</p>
<p>24. A operadora de telefonia fixa local resolve apresentar aos consumidores um novo serviço adicional de conversa simultânea com três pessoas. Para isso, incorpora o serviço às linhas de determinado bairro, comunicando aos consumidores essa alternativa de conversa, como uma novidade. Não solicita autorização dos consumidores e não menciona que após o primeiro mês, o serviço passará a ser cobrado inclusive retroativamente ao primeiro período de utilização. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, os usuários</p> <p>(A) não são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço disponibilizado, pois trata-se de amostra grátis.</p> <p>(B) não são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço no primeiro mês, mas deverão pagar obrigatoriamente a partir do segundo mês.</p> <p>(C) são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço a partir do segundo mês e retroativamente ao primeiro.</p> <p>(D) são obrigados a arcar com a cobrança pela disponibilização de pelo menos um dos meses em que o serviço foi prestado.</p> <p>(E) são obrigados a pagar de acordo com os meses de efetiva utilização do serviço disponibilizado.</p>	<p>27. A Lei nº 8.078/90 entende como consumidor</p> <p>I. Toda pessoa física ou jurídica que adquira ou utiliza produtos ou serviço como destinatário final.</p> <p>II. A coletividade de pessoas ainda que indetermináveis que haja intervindo nas relações de consumo.</p> <p>III. Todas as vítimas de um acidente de consumo.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) I e II, apenas.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p> <p>28. Um consumidor quer contratar serviço de transferência de chamadas com sua operadora de telefonia fixa. Ao solicitar a contratação, é informado pelo atendente que só poderá usufruir deste serviço se adquirir também o serviço de identificação de chamada. Esta prática comercial adotada pela empresa é</p> <p>(A) abusiva e configura-se venda casada.</p> <p>(B) abusiva e configura-se limitação quantitativa para fornecimento do serviço.</p> <p>(C) abusiva, se o consumidor não soubesse da condição de fornecimento do serviço.</p> <p>(D) legal, pois o consumidor foi informado a respeito da condição de fornecimento do serviço.</p> <p>(E) legal, independentemente da ciência prévia do consumidor a respeito da condição do serviço.</p>

**LEGISLAÇÃO**

29. Considerando o tratamento dispensado pela Constituição brasileira de 1988 aos bens públicos, é INCORRETO afirmar que

- (A) o domínio de ilhas fluviais e lacustres é atribuído à União ou aos Estados, consoante critério distintivo adotado pela Constituição, porém não aos Municípios.
- (B) se incluem entre os bens da União as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras e à preservação ambiental, estas assim definidas em lei.
- (C) a faixa de fronteira, de titularidade da União e definida em lei, é considerada fundamental para a defesa do território nacional.
- (D) embora se reservem bens para União e Estados, as respectivas relações de bens contempladas na Constituição não são exaustivas.
- (E) os potenciais de energia hidráulica são bens da União, à qual compete explorar o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde estão situados tais potenciais.

30. Considere as seguintes afirmações sobre o regime legal da concessão e permissão de serviços públicos:

- I. Não ofende o princípio da continuidade na prestação de serviços públicos a sua interrupção, mediante prévio aviso, por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.
- II. É incompatível com a política tarifária estabelecida em lei a diferenciação de tarifas em função dos custos provenientes do atendimento a distintos segmentos de usuários, uma vez que a modicidade de tarifas é condição para prestação de serviço adequado.
- III. No caso de descumprimento de normas contratuais pelo poder concedente, o contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, mediante ação judicial e aviso prévio quanto à interrupção ou paralisação dos serviços por ela prestados, o mesmo sendo aplicável aos contratos de permissão.
- IV. O contrato de concessão poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas relativas ou decorrentes do contrato, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil, nos termos da legislação pertinente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

31. Com vistas à aquisição de grande quantidade de papel sulfite branco, tamanho A4, de densidade 75 g/m<sup>2</sup>, um órgão da Administração direta federal faz publicar em veículo oficial e em jornais locais de grande circulação um aviso de licitação na modalidade pregão, indicando objeto da licitação, assim como o local físico e endereço eletrônico em que está disponível o edital para consulta pelos interessados, no qual se fixa em 10 dias úteis o prazo para apresentação das propostas. Na data fixada, entregues os envelopes pertinentes pelos 5 participantes presentes, a equipe de apoio ao pregoeiro procedeu à análise dos documentos de habilitação dos participantes, dos quais 2 restaram inabilitados. Prosseguindo o certame com as demais empresas presentes, foram analisadas propostas quanto ao preço e concluída a etapa competitiva, tendo o pregoeiro declarado o vencedor. Não havendo os demais participantes manifestado intenção de recorrer, foi o objeto da licitação adjudicado ao vencedor pelo pregoeiro, seguindo-se a homologação da licitação pela autoridade competente e a respectiva lavratura de contrato. Nesse caso,

- (A) o procedimento adotado foi ilegal, uma vez que não se admite a modalidade licitatória do pregão para a aquisição pretendida pelo órgão da Administração.
- (B) a publicação do aviso de licitação não observou os requisitos estabelecidos em lei, o que, no entanto, não tem o condão de macular o procedimento, uma vez que o edital estava disponível para os interessados em meios físico e eletrônico.
- (C) houve inversão de etapas na fase externa do certame, pois, no pregão, diferentemente do que ocorre na concorrência ou na tomada de preços, a análise das propostas antecede a habilitação dos participantes.
- (D) o prazo fixado pelo edital foi inferior ao exigido em lei, devendo ser anulado o procedimento, com republicação do edital, assinalando-se novo prazo para realização da fase externa do certame.
- (E) o pregoeiro incorreu em erro, ao adjudicar o objeto da licitação ao participante declarado vencedor, antes da homologação do procedimento pela autoridade competente, o que torna nulos os atos subsequentes, inclusive o contrato.

32. No exercício de suas competências de fiscalização de atos de despesa e contratos, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará depara-se com ilegalidade em contrato celebrado por ente da Administração indireta estadual, cientificando-o para que adote as medidas necessárias ao saneamento da ilegalidade, num prazo de 30 dias. Decorrido o prazo sem que quaisquer medidas fossem tomadas, o Tribunal de Contas determina a sustação da execução do contrato, comunicando sua decisão à Assembléia Legislativa, além de aplicar ao ente da Administração multa proporcional ao dano causado ao erário estadual, em decorrência da ilegalidade apurada. Nessa hipótese, o procedimento adotado foi equivocado, pois a Constituição estadual prevê que

- (A) o Tribunal de Contas não possui competência para aplicar sanções, uma vez que não integra a estrutura do Poder Judiciário.
- (B) é da Assembléia Legislativa, e não do Tribunal de Contas, a competência para assinalar prazos à Administração quanto a ilegalidades em seus atos e contratos.
- (C) a fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas restringe-se a atos e contratos de órgãos da Administração direta estadual.
- (D) o titular da função de fiscalização é a Assembléia Legislativa, não competindo ao Tribunal de Contas tomar quaisquer decisões em casos como esse.
- (E) o Tribunal de Contas não possui competência para a sustação da execução de contratos celebrados por órgãos e entes da Administração.

<p>33. Relativamente à participação popular no exercício do poder, é INCORRETO afirmar que a Constituição do Estado do Ceará</p> <p>(A) prevê a possibilidade de qualquer cidadão denunciar irregularidades ou ilegalidades ao Tribunal de Contas do Estado, ficando a autoridade que receber a denúncia obrigada a manifestar-se sobre a matéria.</p> <p>(B) atribui ao cidadão legitimidade para postular, perante os órgãos públicos estaduais, a apuração de responsabilidade, em caso de dano ao meio ambiente, conforme disposto em lei.</p> <p>(C) estabelece que todos os órgãos públicos estaduais são acessíveis ao indivíduo, por meio de petição ou representação, na defesa de direito ou em salvaguarda cívica do interesse coletivo.</p> <p>(D) prevê que a iniciativa popular será exercida pela apresentação de projeto de lei, subscrito por um por cento de eleitorado estadual, projeto este que tramitará em regime de prioridade, para suprir eventual omissão legislativa.</p> <p>(E) aponta, expressamente, como mecanismos de participação popular no exercício do poder, a eleição para provimento de cargos representativos, o plebiscito e o referendo.</p>	<p>35. Nos termos da Constituição da República, o servidor público da administração direta, autárquica ou fundacional que for investido no mandato de Prefeito</p> <p>(A) será afastado do emprego, cargo ou função, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.</p> <p>(B) perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, havendo compatibilidade de horários.</p> <p>(C) será exonerado de seu cargo, emprego ou função, não havendo compatibilidade de horários.</p> <p>(D) terá, para todos os efeitos legais, computado o seu tempo de serviço, inclusive para fins de promoção por antiguidade ou merecimento.</p> <p>(E) perderá estabilidade, na hipótese de já a ter adquirido, ou será demitido a bem do serviço público, caso ainda esteja em estágio probatório.</p>
<p>34. Tendo decorrido metade do mandato dos membros do Conselho Diretor da ARCE, o Governador do Estado exonera um dos Conselheiros, após processo conduzido por Procurador do Estado designado, em que se garantiu ampla defesa ao Conselheiro sob investigação, diante da constatação de que sua permanência no cargo poderia afetar a independência da Agência. Assim, em ato contínuo, é nomeado pelo Governador um brasileiro naturalizado, com notório saber técnico no setor de energia elétrica, para exercer interinamente o cargo de Conselheiro, até o término do mandato iniciado por seu antecessor. Nessa hipótese, é equivocada a nomeação do novo Conselheiro, pois</p> <p>(A) não se admite a exoneração de membro do Conselho Diretor da ARCE, antes do término do mandato, por ato do Governador, como garantia da independência da Agência no exercício de sua função de ente regulador.</p> <p>(B) a nomeação deveria dar-se em caráter definitivo, sendo válida até o termo final do mandato e sujeitando-se às condições para indicação, nomeação e aprovação regulares, previstas na lei.</p> <p>(C) são condições simultâneas para a nomeação de membros do Conselho Diretor da ARCE que se trate de brasileiro, nato ou naturalizado, com notável saber jurídico, econômico ou administrativo, quesito este não preenchido no caso.</p> <p>(D) somente se admite a substituição de membro do Conselho Diretor da ARCE na hipótese de vacância do cargo decorrente de exercício de atividade político-partidária incompatível com as atribuições de Conselheiro.</p> <p>(E) o processo de apuração da falta imputada ao Conselheiro deveria ser conduzido pessoalmente pelo Procurador-Geral do Estado, regra esta cuja inobservância acarreta a nulidade da exoneração do Conselheiro e, subseqüentemente, da vacância e do novo preenchimento do cargo.</p>	<p>36. Considere as seguintes afirmações sobre as competências legais da ARCE:</p> <p>I. Embora seja atribuição básica da ARCE o atendimento ao usuário, compreendendo o recebimento e processamento de reclamações relacionadas com a prestação de serviços públicos delegados, não lhe compete reprimir eventuais infrações aos direitos dos usuários, competência esta específica do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.</p> <p>II. Compete à ARCE estabelecer tarifas ou parâmetros tarifários que reflitam o mercado e os custos reais, de padrão, de modo a, concomitantemente, incentivar os investimentos privados e propiciar a razoabilidade e modicidade das tarifas aos usuários.</p> <p>III. No exercício de suas atribuições de fiscalização de contratos de concessão e termos de permissão de serviços públicos, é permitido à ARCE aplicar sanções, como a suspensão temporária de participação em licitações, intervenção administrativa e até mesmo a extinção da concessão ou permissão.</p> <p>IV. O rol de competências legais da ARCE é exaustivo, não se admitindo a prática por esta de atos outros, ainda que relacionados com sua finalidade, sem a expressa previsão legal.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>

**LÍNGUA INGLESA**

**Instruções:** Considere o texto a seguir para responder às questões de números 37 a 44.

*After nearly a decade of trying, Wal-Mart never cracked the country – failing to become the all-in-one shopping destination for Germans that it is for so many millions of Americans. Wal-Mart's problems are not limited to Germany. The retail giant has struggled in countries like South Korea and Japan as it discovered that its formula for success – low prices, zealous inventory control and a large array of merchandise – did not translate to markets with their own discount chains and shoppers with different habits.*

*Some of Wal-Mart's problems stem from being a uniquely powerful American enterprise trying to impose its values around the world. At Wal-Mart's headquarters in Bentonville, Ark., however, the message from these missteps is now registering loud and clear.*

*Among other things, Wal-Mart now cares (37) whether its foreign stores carry the name derived from its founder, Sam Walton, as the German Wal-Marts do. Seventy percent of Wal-Mart's international sales come from outlets with names like Asda in Britain, Seiyu in Japan or Bompreço in Brazil. Far from being chastened by its setbacks, Wal-Mart is forging ahead with an aggressive program of foreign acquisitions. In a single week last fall, Wal-Mart completed the purchase of the Sonae chain in Brazil, bought a controlling stake in Seiyu of Japan, and became a partner in the Carcho chain in Central America.*

*Starting from scratch 14 years ago, Wal-Mart International [TO GROW] into a \$63 billion business. It is the fastest-growing part of Wal-Mart, with nearly 30 percent sales growth in June, compared with the same month last year. Even subtracting one-time gains from acquisitions, it grew at nearly 12 percent, about double the rate of Wal-Mart's American stores.*

*Sustaining that pace is critical for Wal-Mart, because high fuel prices have helped sap the buying power of Americans. In June, store traffic in its home market declined. Wal-Mart estimated that its sales in the United States in stores open at least one year would increase only 1 percent to 3 percent in July.*

*Another problem that has afflicted Wal-Mart in several countries is its inability to compete with established discounters. The obvious lesson is to try to bulk up. In Brazil, Wal-Mart opened only 25 stores in its first decade there and struggled to compete against bigger local rivals. Then, in 2004, it bought Bompreço, giving it a presence in the country's poor, but fast-growing, northeast.*

*Wal-Mart did not change the names of the stores, which range from neighborhood grocers to large American-style hypermarkets. But with 295 stores in Brazil, Wal-Mart now ranks third in the market, after Carrefour of France and the market leader, Companhia Brasileira de Distribuição.*

(Adapted from an article by Mark Landler and Michael Barbaro published in the New York Times, August 2, 2006)

37. A palavra que preenche corretamente a lacuna é
- (A) much.
  - (B) more.
  - (C) most.
  - (D) less.
  - (E) least.

38. A forma correta de [TO GROW], no 4º parágrafo, é
- (A) has grown.
  - (B) grows.
  - (C) had grown.
  - (D) was grown.
  - (E) was growing.

39. No 1º parágrafo, a palavra country, sublinhada no texto, refere-se
- (A) aos Estados Unidos.
  - (B) à Alemanha.
  - (C) ao interior dos Estados Unidos.
  - (D) à Coreia do Sul.
  - (E) ao Japão.

40. Do trecho the message from these missteps is now registering loud and clear, no 2º parágrafo, infere-se que a Wal-Mart
- (A) vai assumir uma estratégia de expansão mais agressiva na Europa.
  - (B) está recebendo claros sinais de que sua estratégia internacional está sendo bem-sucedida.
  - (C) está se dando conta de seus erros no estrangeiro.
  - (D) está com problemas na matriz, em Bentonville, Arkansas.
  - (E) é a única empresa que tem problemas em se expandir no mundo.

41. A synonym for sap in the 5th paragraph of the text is
- (A) diminish.
  - (B) balance.
  - (C) increase.
  - (D) level.
  - (E) boost.

42. É INCORRETO afirmar que a Wal-Mart
- (A) iniciou suas operações internacionais há 14 anos.
  - (B) International movimentou 63 bilhões de dólares.
  - (C) International teve um crescimento de quase 30% nas vendas no mês de junho deste ano.
  - (D) International já está faturando o equivalente à metade da receita de suas lojas nos Estados Unidos.
  - (E) não está tendo um desempenho satisfatório no Estados Unidos.

43. Segundo o texto,
- (A) a Wal-Mart iniciou suas operações no Brasil em 2004.
  - (B) a aquisição da rede Bompreço não deu os resultados imediatos esperados.
  - (C) a Wal-Mart dá preferência à aquisição de grandes redes de supermercados, em detrimento de lojas menores.
  - (D) o sucesso da Wal-Mart no estrangeiro deve-se a seus preços competitivos em relação às redes locais.
  - (E) a expansão da Wal-Mart no Brasil já lhe garantiu o terceiro lugar no mercado.

44. The best title for the above text is
- (A) Wal-Mart is cutting down on international expansion.
  - (B) Wal-Mart finds that its formula doesn't fit every culture.
  - (C) Wal-Mart is struggling to change shopping habits overseas.
  - (D) Wal-Mart sees all-time financial loss at home.
  - (E) Wal-Mart is on its way to recover German market.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I**

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

45. Os regulamentos de execução, no Direito brasileiro, são atos

- (A) infralegais, de competência do Chefe do Executivo, conferida constitucionalmente.
- (B) infralegais, cuja competência é conferida pela lei regulamentada ao Chefe do Executivo, ou a outra autoridade administrativa.
- (C) infralegais, cuja competência é conferida pela lei regulamentada ao Chefe do Executivo, que pode delegá-la a outra autoridade administrativa.
- (D) com força de lei, de competência do Chefe do Executivo, para complementar as leis naquilo que lhes for pertinente.
- (E) com força de lei, de competência do Chefe do Executivo, apenas para disciplinar questões relativas ao funcionamento interno da Administração.

46. Determinado ente público celebra, com particular, contrato por meio do qual outorga a este a concessão de serviço público, por prazo determinado e em caráter não-precário, tendo como elemento essencial a necessidade de o ente público aportar recursos próprios para a realização de obra vinculada à execução do serviço. Esta modalidade de avença é tipificada como concessão

- (A) administrativa.
- (B) patrocinada.
- (C) precedida de obra.
- (D) simples.
- (E) onerosa.

47. Ao mover ação de desapropriação de imóvel, por motivo de utilidade pública, o Poder Público requereu a imissão provisória na posse. Todavia, não realizou o depósito da quantia determinada pelo Juízo nem, conseqüentemente, chegou a imitir-se efetivamente na posse do imóvel. Posteriormente, o decreto de expropriação foi revogado e o Poder Público desistiu da ação, antes do oferecimento da contestação. Nesse caso,

- (A) a ação deverá seguir até o fim, pois o decreto de expropriação é irrevogável.
- (B) a ação deverá seguir até o fim, operando-se posteriormente a retrocessão em favor do particular.
- (C) a desistência é desde logo eficaz, desde que conte com a concordância do particular.
- (D) a desistência é desde logo eficaz, mesmo sem a concordância do particular.
- (E) a desistência apenas será eficaz se for paga a indenização correspondente ao particular.

48. Um particular requer a instauração de processo administrativo, regido pela Lei nº 9.784/99, pleiteando a anulação de um ato administrativo que lhe é desfavorável. Passada a fase de instrução, antes de ser proferida decisão, o particular apresenta nos autos um documento que consiste em prova definitiva da veracidade de suas alegações e que conduz ao reconhecimento da nulidade do ato administrativo impugnado. A mesma conclusão não seria possível, se o documento não tivesse sido apresentado. Nessa situação,

- (A) o documento deve ser desentranhado e a autoridade julgadora deve desconsiderá-lo para fins de julgamento.
- (B) o documento pode permanecer nos autos, embora seu conteúdo apenas possa ser apreciado em eventual recurso posterior.
- (C) a autoridade julgadora deve reabrir a fase instrutória e determinar a produção de novas provas que corroborem o documento juntado.
- (D) a autoridade julgadora deve abster-se de proferir decisão e remeter os autos para a autoridade hierarquicamente superior.
- (E) o encerramento da fase de instrução não é motivo para que a autoridade julgadora deixe de anular o ato impugnado, se disso estiver convencida.

49. A afirmação de que ao Poder Judiciário não compete analisar atos administrativos discricionários, no Direito brasileiro, deve ser compreendida como a impossibilidade de apreciação judicial

- (A) da existência e da veracidade das circunstâncias de fato que levaram à edição do ato.
- (B) das dimensões de legalidade e de mérito do ato administrativo discricionário.
- (C) das razões de conveniência e oportunidade que levaram à edição do ato.
- (D) da existência e do conteúdo da motivação do ato administrativo discricionário.
- (E) da relação lógica entre os motivos declarados para a prática do ato e a finalidade que pretende atingir.

50. As empresas públicas

- (A) dispensam lei específica para sua constituição, assim como o registro de seus atos constitutivos em órgão de registro de empresas.
- (B) apenas podem assumir as formas jurídicas previstas no Código Civil.
- (C) serão sempre sociedades anônimas ou limitadas.
- (D) necessariamente submetem-se a regime jurídico de direito privado, independentemente da atividade exercida.
- (E) integram a Administração indireta e poderão revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

51. A declaração de inexigibilidade de licitação para contratação de serviços técnicos, por motivo de notória especialização,
- (A) é cabível em qualquer espécie de serviços profissionais especializados, desde que configurada a inviabilidade de competição.
  - (B) é providência cabível apenas nas licitações conduzidas sob a modalidade de concorrência ou tomada de preços.
  - (C) afasta a aplicação das demais regras concernentes ao processo licitatório e à formação dos contratos administrativos, previstas na legislação pertinente.
  - (D) independe de maior formalidade, podendo ser reconhecida no curso de licitação na qual se apresente apenas um competidor.
  - (E) pressupõe a sua comunicação à autoridade superior e a ratificação por esta, sob pena de ineficácia.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

52. É previsão constitucional comum às ações diretas de inconstitucionalidade e declaratórias de constitucionalidade
- (A) a legitimidade dos chefes do Poder Executivo Federal, dos estaduais e do Distrito Federal para sua propositura.
  - (B) que tenham por objeto lei ou ato normativo federal ou estadual contestado em face da Constituição.
  - (C) a citação prévia do Procurador-Geral da República para defesa do texto ou ato impugnado.
  - (D) a ciência do Poder competente para a adoção das medidas necessárias, no prazo de 30 dias.
  - (E) que a decisão nelas proferida tenha eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos demais órgãos do poder público.
53. Medida provisória versando sobre a ampliação de prazos processuais para a oferta de contestação e interposição de recursos pela Fazenda Pública é editada pelo Presidente da República e submetida, de imediato, à apreciação do Congresso Nacional. Decorrido *in albis* o prazo para sua conversão em lei, o Presidente da República encaminha à Câmara dos Deputados projeto de lei ordinária com o mesmo objeto, solicitando urgência na sua tramitação. Nessa hipótese,
- (A) a medida provisória perde eficácia a partir de então, cabendo ao Congresso regular por decreto legislativo, e não por lei, as relações dela decorrentes.
  - (B) o Presidente da República estaria impedido de apresentar referido projeto de lei na mesma sessão legislativa em que rejeitada a medida provisória.
  - (C) a medida provisória padecia *ab initio* do vício de inconstitucionalidade, por ter sido editada em afronta a limite material imposto pela Constituição.
  - (D) a tramitação do projeto de lei em regime de urgência não seria admissível, por versar sobre matéria disciplinada em legislação codificada.
  - (E) o projeto de lei deveria ter sido encaminhado ao Senado Federal, e não à Câmara dos Deputados, em decorrência da solicitação de urgência na tramitação.

54. Sobre o sistema de repartição de competências adotado na Constituição brasileira de 1988, é INCORRETO afirmar que
- (A) é um sistema complexo, que alberga diferentes técnicas de repartição de competências, estabelecendo competências materiais e legislativas e, dentre estas, as privativas e as concorrentes.
  - (B) no âmbito da legislação concorrente, se exercida pelo Estado competência legislativa plena, a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga as disposições da lei estadual, no que lhe forem contrárias.
  - (C) é atribuída competência aos Municípios, para legislar sobre assuntos de interesse local, bem como para suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber.
  - (D) são reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição, ao lado de outras de natureza privativa, como a de exploração de serviços locais de gás canalizado.
  - (E) tal sistema contempla mecanismo de delegação de competências, dado que lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias de competência privativa da União.

55. É possível considerar o mandado de segurança um instrumento de tutela de direitos fundamentais de caráter residual, na medida em que a Constituição
- (A) prevê sua concessão para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
  - (B) dispõe que será concedido sempre que a ausência de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.
  - (C) assegura ao autor a isenção de custas judiciais e do ônus da sucumbência, salvo comprovada má-fé.
  - (D) admite o seu cabimento para a proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.
  - (E) admite o seu cabimento para salvaguardar a liberdade de locomoção, tolhida por ato de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.

56. Como consequência do princípio da isonomia, a Constituição veda, em matéria tributária,
- (A) a instituição, pela União, de isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
  - (B) o estabelecimento de limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais, admitidos apenas os intermunicipais, a título de cobrança de pedágio.
  - (C) a instituição de tratamento desigual entre contribuintes em situação equivalente, ressalvada eventual distinção em razão de ocupação profissional.
  - (D) a concessão de incentivos fiscais, pela União, para promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do país.
  - (E) o estabelecimento de diferença entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

57. A Lei nº 6.015/73 prevê em seu artigo 115 que, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, não poderão ser registrados os atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando o seu objeto ou circunstâncias relevantes indiquem destino ou atividades ilícitos. Referido dispositivo legal, nesse aspecto,

- (A) não foi recepcionado pela Constituição de 1988, que assegura plena liberdade de associação.
- (B) é incompatível com a Constituição, que somente admite a suspensão ou dissolução de associações por decisão judicial transitada em julgado.
- (C) será considerado conforme a Constituição, desde que limitado o impedimento à constituição de associações de caráter paramilitar.
- (D) é compatível com a disciplina constitucional da liberdade de associação, assegurada se para fins lícitos.
- (E) deve ter sua aplicação restrita às cooperativas, para cuja criação a Constituição admite que sejam estabelecidos requisitos em lei.

58. Considere as afirmações a seguir sobre as competências do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça:

- I. Incumbe ao Superior Tribunal de Justiça julgar os conflitos de competência entre os demais Tribunais Superiores ou entre estes e qualquer outro Tribunal.
- II. Tanto o Supremo Tribunal Federal quanto o Superior Tribunal de Justiça têm competência para processar e julgar, originariamente, mandado de injunção.
- III. Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado e dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- IV. A homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias são de competência do Supremo Tribunal Federal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

**DIREITO CIVIL**

59. A sucessão, por morte, de estrangeiro, que não tenha cônjuge ou filho brasileiro, mas que possua bens imóveis no Brasil, se regulará pela lei

- (A) do país em que era domiciliado o defunto.
- (B) brasileira, em relação aos bens situados no Brasil.
- (C) correspondente à nacionalidade do defunto.
- (D) brasileira, se favorecer a qualquer herdeiro legítimo brasileiro.
- (E) brasileira, existindo ou não herdeiros brasileiros.

60. A existência da pessoa natural termina com a morte, presumindo-se esta quanto aos ausentes,

- (A) desde a abertura da sucessão provisória.
- (B) nos casos em que a lei autoriza a abertura da sucessão definitiva.
- (C) apenas depois de o ausente contar oitenta anos de idade.
- (D) somente depois de dez anos da abertura da sucessão provisória.
- (E) apenas se for extremamente provável sua morte por estar em perigo de vida.

61. O Juiz poderá conhecer de ofício da

- (A) prescrição, apenas se favorecer a pessoa absolutamente incapaz.
- (B) decadência legal ou convencional.
- (C) prescrição e da decadência convencional.
- (D) decadência convencional.
- (E) prescrição e da decadência legal.

62. Convertendo-se a obrigação em perdas e danos,

- (A) não subsiste a solidariedade para quaisquer efeitos.
- (B) subsiste, para todos os efeitos, a indivisibilidade.
- (C) subsiste, para todos os efeitos, a solidariedade.
- (D) subsistem, para todos os efeitos, a solidariedade e a indivisibilidade.
- (E) não subsistem, para quaisquer efeitos, a solidariedade e a indivisibilidade.

63. Para alienar os imóveis que integram o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real o empresário casado

- (A) necessitará de outorga conjugal, somente se o casamento for contraído sob o regime da comunhão universal de bens.
- (B) não necessitará de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens do casamento.
- (C) necessitará de outorga conjugal, se o casamento for contraído sob o regime da comunhão universal ou parcial de bens.
- (D) não necessitará de outorga conjugal apenas se o casamento for contraído sob o regime da separação legal de bens.
- (E) só necessitará de outorga conjugal se o casamento for contraído sob o regime da participação final nos aquestos.

<p>64. A respeito das servidões, é correto afirmar que</p> <p>(A) só se extinguem por desapropriação ou quando houver a reunião dos prédios dominante e serviente no domínio da mesma pessoa.</p> <p>(B) proporcionam utilidade ao prédio serviente e gravam o prédio dominante pertencentes a diversos donos.</p> <p>(C) não estão sujeitas a registro no serviço de Registro de Imóveis.</p> <p>(D) podem ser adquiridas por usucapião, quando aparentes.</p> <p>(E) jamais se extinguem pelo não uso.</p>	<p>68. Segundo orientação da Súmula da Jurisprudência Predominante do Supremo Tribunal Federal, em mandado de segurança, é correto afirmar:</p> <p>(A) No âmbito do Supremo Tribunal Federal, não cabe agravo regimental contra decisão do relator que concede ou indefere liminar em mandado de segurança.</p> <p>(B) Compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer originariamente de mandado de segurança contra atos de outros Tribunais.</p> <p>(C) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.</p> <p>(D) Controvérsia sobre matéria de direito impede concessão de mandado de segurança.</p> <p>(E) A entidade de classe não tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.</p>
<p>65. A compra e venda é classificada como contrato</p> <p>(A) real, considerando-se obrigatória e perfeita com o pagamento integral do preço.</p> <p>(B) real, considerando-se obrigatória e perfeita com a tradição do objeto, se for coisa móvel.</p> <p>(C) consensual, considerando-se obrigatória e perfeita desde o registro do título no Serviço de Registro de Imóveis, se o objeto for coisa imóvel.</p> <p>(D) consensual, se o objeto for coisa móvel e real, se for coisa imóvel.</p> <p>(E) consensual, considerando-se obrigatória e perfeita, desde que as partes acordem no objeto e no preço.</p>	<p>69. Considere as seguintes proposições sobre execução fiscal:</p> <p>I. A meação só responde pelo ato ilícito quando o credor, na execução fiscal, provar que o enriquecimento dele resultante aproveitou ao casal.</p> <p>II. Proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado desloca a competência já fixada, uma vez que não vigora o princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i>.</p> <p>III. É definitiva a execução fiscal da Certidão de Dívida Ativa, ainda que pendente de apelação contra sentença que julgue improcedentes os embargos à execução.</p> <p>IV. Na execução fiscal é desnecessária a intimação pessoal do executado do dia e da hora da realização do leilão.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p style="text-align: center;"><b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL</b></p> <p>66. Quando se tratar de sentença arbitral transitada em julgado, o cumprimento da sentença efetuar-se-á perante o juízo</p> <p>(A) arbitral.</p> <p>(B) do antigo domicílio do exequente.</p> <p>(C) cível competente.</p> <p>(D) do antigo domicílio do executado.</p> <p>(E) de eleição efetuada na sentença arbitral.</p> <p>67. Considere as seguintes proposições:</p> <p>I. Cabe apelação, nos efeitos devolutivo e suspensivo, da sentença de liquidação por artigos.</p> <p>II. No agravo de instrumento não se pode discutir matérias referentes ao mérito da causa.</p> <p>III. Não cabe recurso da decisão do relator que determina a conversão de agravo de instrumento em agravo retido.</p> <p>IV. É nula a decisão proferida no julgamento da apelação, se o tribunal deixar de examinar o agravo retido.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>70. A ação rescisória proposta por terceiro juridicamente interessado forma litisconsórcio</p> <p>(A) necessário e unitário.</p> <p>(B) necessário e simples.</p> <p>(C) facultativo e unitário.</p> <p>(D) facultativo e simples.</p> <p>(E) ulterior e simples.</p>

<p>71. De acordo com as prerrogativas processuais estabelecidas pela lei, o prazo da Fazenda Pública</p> <p>(A) apresentar a reconvenção no procedimento ordinário é de 30 dias.</p> <p>(B) contestar a demanda no rito sumário é de 30 dias após a audiência inicial.</p> <p>(C) contestar a ação popular é de 20 dias, prorrogáveis por mais 20, a requerimento da Fazenda.</p> <p>(D) responder aos recursos é contado em dobro.</p> <p>(E) opor os embargos à execução é de 60 dias.</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO</b></p> <p>74. Contribuinte que vinha recolhendo indevidamente imposto sujeito a lançamento por homologação deverá ingressar com ação para repetição do indébito no prazo de</p> <p>(A) dez anos, a contar da constituição definitiva do crédito tributário.</p> <p>(B) cinco anos, a contar da homologação, expressa ou tácita, feita pelo Fisco.</p> <p>(C) cinco anos, a contar do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que fez o pagamento antecipado.</p> <p>(D) cinco anos, a contar do pagamento antecipado.</p> <p>(E) dez anos, a contar do pagamento antecipado.</p>
<p>72. Sobre matéria de execução contra a Fazenda Pública, considere as seguintes proposições:</p> <p>I. A necessidade de obediência ao procedimento do precatório não se aplica aos créditos de natureza alimentícia.</p> <p>II. Dispensa-se o procedimento do precatório para as condenações impostas às Fazendas dos Estados e do Distrito Federal no limite de 40 salários mínimos.</p> <p>III. A decisão do Presidente do Tribunal que homologa a conta de atualização do valor do precatório é recorrível por meio dos recursos extraordinário e especial.</p> <p>IV. Não se admite o seqüestro para realização de pagamento não efetuado no prazo, mas, apenas, para garantir a ordem de inscrição dos precatórios.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>75. Os prazos para a Fazenda Pública constituir e cobrar o crédito tributário são, respectivamente,</p> <p>(A) prescricional de cinco anos, a contar do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento deveria ter sido efetuado, e decadencial de cinco anos, a contar da constituição definitiva do crédito tributário.</p> <p>(B) decadencial de cinco anos, a contar do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento deveria ter sido efetuado, e prescricional de cinco anos, a contar da constituição definitiva do crédito tributário.</p> <p>(C) decadencial de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador, e prescricional de cinco anos, a contar do primeiro dia do exercício seguinte da constituição definitiva do crédito tributário.</p> <p>(D) prescricional de cinco anos, a contar da notificação válida feita ao devedor, e decadencial de cinco anos, a contar da decisão judicial que anular o primeiro lançamento.</p> <p>(E) decadencial de cinco anos, a contar do primeiro dia do exercício seguinte ao surgimento da obrigação tributária, e prescricional de cinco anos, a contar da inscrição do crédito na dívida ativa.</p>
<p>73. De acordo com a atual sistemática processual, a exceção de</p> <p>(A) incompetência, tramitando o processo no rito sumário, será apresentada em audiência, por escrito ou oralmente.</p> <p>(B) impedimento pode ser protocolizada no foro de domicílio do réu.</p> <p>(C) incompetência não pode ser protocolizada no foro de domicílio do réu.</p> <p>(D) incompetência oposta em um processo não suspende a ação conexa.</p> <p>(E) impedimento suspende o processo até o trânsito em julgado do incidente, se não for reconhecido o impedimento pelo Tribunal local.</p>	<p>76. A prova de quitação de determinado tributo, quando exigível, é feita por certidão negativa, expedida à vista do requerimento do interessado. A certidão negativa</p> <p>(A) deve ser fornecida em prazo razoável, a ser fixado pela autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade penal.</p> <p>(B) terá como conteúdo a inexistência de obrigações tributárias, ainda que não constituídas em créditos tributários.</p> <p>(C) expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.</p> <p>(D) impede a constituição de créditos tributários por obrigações tributárias que tenham surgido antes da sua emissão.</p> <p>(E) não afasta, quando apresentada para aquisição de bem imóvel, a responsabilidade tributária do adquirente, por fato gerador acontecido antes da aquisição do bem.</p>

<p>77. Empresa concessionária de serviço público de conservação de vias públicas estaduais (estradas) possuía isenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) em determinado Município desde 2002, por força da Lei Municipal nº 11.111/2001, que concedia isenção por dez anos para empresas que tivessem mais de duzentos empregados, bastando que a cada ano a empresa beneficiária da isenção comprovasse que continuava mantendo o requisito. Entretanto, em meados de 2006, o Município revogou esta isenção através da Lei Municipal nº 33.333/2006, determinando que as empresas beneficiárias da isenção passem a recolher o ISS a partir de 2007. Nesse caso,</p> <p>(A) a empresa concessionária de serviço público é imune a impostos e não isenta, sendo irrelevante a atitude do Município em revogar a isenção, posto que é incompetente.</p> <p>(B) por se tratar de isenção específica, em função de determinadas condições, pode ser revogada a qualquer tempo pelo Município, por não gerar direito adquirido ao contribuinte.</p> <p>(C) não existe isenção por prazo certo, podendo toda e qualquer isenção ser revogada pela entidade tributante a qualquer época, para evitar a caracterização de renúncia de receita.</p> <p>(D) o Município tem competência para conceder e revogar, a todo tempo, qualquer isenção por ele concedida em obediência à autonomia municipal, valendo tal regra também para o Distrito Federal.</p> <p>(E) a isenção, quando concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, não pode ser revogada ou modificada por lei, gerando direito adquirido ao contribuinte que preenche os requisitos legais.</p>	<p>79. Segundo definição doutrinária, precatório é a solicitação que o juiz monocrático faz ao Presidente do Tribunal respectivo para que este requirite a verba necessária para o pagamento do crédito de algum credor perante os da Administração Direta e Indireta estatal em face de decisão judicial. Neste sentido, é correto afirmar acerca do precatório que</p> <p>(A) obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Pública deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado não se submete à disciplina do precatório.</p> <p>(B) a inclusão da verba necessária ao pagamento precatório deve obrigatoriamente ser incluída no orçamento, devendo o precatório ser apresentado para este fim até primeiro de julho para pagamento até o final do mesmo exercício financeiro.</p> <p>(C) os créditos de natureza alimentícia devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária dispensam a apresentação de precatório.</p> <p>(D) a atualização monetária dos valores devidos pela Fazenda Pública serão corrigidos monetariamente até a data da apresentação do precatório, ou seja, até primeiro de julho, para pagamento até o final do mesmo exercício.</p> <p>(E) caberá ao credor requerer ao juiz o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito, caso não seja feito o pagamento do precatório incluído tempestivamente no orçamento.</p>
<p>78. De acordo com a Constituição da República e o Código Tributário Nacional, via de regra, ao lançamento se aplica a lei</p> <p>(A) em vigor ao seu tempo, ainda que limite os poderes de investigação das autoridades administrativas.</p> <p>(B) em vigor ao tempo da ocorrência do fato gerador, ainda que posteriormente revogada ou modificada.</p> <p>(C) em vigor ao tempo da inscrição em dívida ativa, ainda que a lei nova seja mais benéfica.</p> <p>(D) mais benéfica para o contribuinte, ainda que posterior à ocorrência do fato gerador.</p> <p>(E) mais vantajosa para o Fisco, ainda que posterior à ocorrência de fato gerador.</p>	<p>80. A empresa de temperos “Alho e Sal Ltda.” passa por sérias dificuldades financeiras, sem embargo de dever inúmeros tributos federais e estaduais. Diante da dificuldade de continuidade da atividade por absoluta falta de condições financeiras de honrar seus compromissos, pediu falência nos termos da Lei nº 11.101/05. Em decorrência da situação, sua concorrente, empresa “Salsinha e Cebolinha Ltda.”, ao tomar conhecimento que os bens foram avaliados e arrecadados, comparece ao leilão judicial e arremata o estabelecimento comercial, cessando por completo as atividades da falida. Em razão disso, a empresa “Salsinha e Cebolinha Ltda.” recebe notificação para pagamento de débitos tributários em atraso em nome da empresa “Alho e Sal Ltda.”, na qualidade de responsável tributário integral. A exigência fiscal</p> <p>(A) não procede, tendo em vista que os débitos eram anteriores à falência e a adquirente era concorrente da falida.</p> <p>(B) não procede, tendo em vista que a adquirente responde subsidiariamente com o alienante pelos tributos relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, quando este cessa por completo suas atividades.</p> <p>(C) procede, tendo em vista que a adquirente responde integralmente pelos tributos relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, quando o alienante cessa por completo suas atividades.</p> <p>(D) não procede, tendo em vista que a responsabilidade tributária do adquirente é afastada quando, na falência, adquire estabelecimento comercial decorrente de alienação judicial.</p> <p>(E) procede, tendo em vista que o adquirente, ao arrematar os bens do alienante falido tinha total conhecimento de sua situação fiscal, não podendo se eximir da responsabilidade tributária.</p>